



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

NAYLA CRISTINA OLIVEIRA FERREIRA

**A TERAPIA OCUPACIONAL E A DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

SANTOS

2018

NAYLA CRISTINA OLIVEIRA FERREIRA

**A TERAPIA OCUPACIONAL E A DEFICIÊNCIA VISUAL NA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do curso de Terapia Ocupacional da
Universidade Federal de São Paulo como requisito
para a obtenção do título de bacharel em Terapia
Ocupacional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Cilene Baptista da Silva

SANTOS

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, por serem meu alicerce em todos os momentos. Em especial ao meu pai e meu irmão, os quais gostaria de agradecer individualmente.

Ao meu pai, obrigada por sempre fazer o possível e o impossível pela minha felicidade. Sem você não seria possível chegar até aqui, muito obrigada!

Ao meu irmão Caio, obrigada por se fazer presente mesmo com quase 8.000 km nos distanciando, você é o meu espelho e minha maior saudade!

Aos meus avós, por me fazerem ser forte todos os dias e me permitirem aprender e cuidar de vocês. Desejo um dia ter metade da força que vocês têm.

À minha orientadora Carla, agradeço imensamente por todo suporte e paciência que teve comigo nesses últimos anos. Me recebeu de braços abertos quando eu caí de paraquedas nas suas mãos! Não foi uma fase fácil, mas você sempre respeitou meu tempo com toda a paciência do mundo, me incentivou e acalmou dizendo que ia dar tudo certo. Sem você esse trabalho não teria saído do projeto, muito obrigada!

Ao meu namorado Douglas, por todo o companheirismo e paciência comigo. Agradeço por nunca me deixar desistir quando parecia que nada ia dar certo, sempre me incentivando e motivando a seguir em frente. Gratidão em dividir a vida com você!

Aos amigos que fiz durante a graduação, obrigada por fazerem parte desse ciclo maluco que é a universidade. Levo um pouquinho de cada um comigo em um lugar especial dentro do meu coração.

A Bateria Repicapau e aos amigos que nela fiz, por ter me mostrado um amor que eu não conhecia e ter deixado essa reta final mais leve e menos estressante. Gratidão!

*“Não sei se a vida é curta ou longa demais para nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido se não
tocarmos o coração das pessoas. ”*

– Cora Coralina

RESUMO

A terapia ocupacional é uma profissão que abrange os campos da saúde, social e da educação. Apesar de pouco conhecida, a área da terapia ocupacional na educação vem crescendo cada dia mais e visa a inclusão escolar de crianças com deficiência, seja ela física, intelectual, visual ou auditiva. O presente trabalho teve como objetivo principal o levantamento bibliográfico de artigos com as temáticas de terapia ocupacional, deficiência visual e educação inclusiva em 3 sítios eletrônicos: portal CAPES, Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional da UFSCar e Revista de Terapia Ocupacional da USP. Foram encontrados 3 artigos que possuíam os 3 temas: *terapia ocupacional – deficiência visual – educação especial/educação inclusiva* ou *inclusão escolar*. Apesar dos resultados terem sido limitados, a análise dos artigos selecionados indica despreparo de profissionais da área da educação em promover a inclusão escolar de crianças com deficiência visual, além da escassez de estrutura física e de recursos. Notou-se a necessidade de mais estudos na área da terapia ocupacional com pessoas deficientes visuais na esfera da educação inclusiva.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Deficiência Visual, Educação Inclusiva, Educação Especial, Inclusão Escolar.

ABSTRACT

The occupational therapy profession combines the health, social and educational domains. Although being little known, occupational therapy within the educational domain is an expanding field. It strives for the inclusion of children with disabilities, which can include physical, intellectual, hearing or visual impairments. This study aimed to perform a bibliographic research of scientific papers with topics that include occupational therapy, visual impairment and inclusive education from three particular websites: CAPES (Coordination of Improvement of Higher Education Personnel), the Brazilian Journal of Occupational Therapy from the Federal University of São Carlos and the Journal of Occupational Therapy from University of São Paulo. Three papers were selected for including all three following subjects: *occupational therapy – visual impairment – special education/inclusive education or school inclusion*. Despite limited results, this bibliographic research suggests deficiencies of infrastructure, resources and professional knowledge in the educational domain when promoting the inclusion of children with visual impairments. This study has also observed a demand for more research in the area of occupational therapy interventions for visually impaired individuals within the inclusive education domain.

Keywords: Occupational Therapy, Visual Impairment, Inclusive Education, Special Education, School Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Artigos seleccionados segundo o ano de publicação	20
Quadro 2 – Representação quantitativa dos periódicos em que os artigos seleccionados foram publicados	21
Quadro 3 – Representação quantitativa dos tipos de publicações	21

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 A DEFICIÊNCIA VISUAL	9
1.2 A FAMÍLIA E A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO CUIDADO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	11
1.3 A INCLUSÃO ESCOLAR DO DEFICIENTE VISUAL	13
2. JUSTIFICATIVA	16
3. OBJETIVOS	17
4. METODOLOGIA	18
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
5.1 OS ARTIGOS ENCONTRADOS	21
5.2 DISCUSSÕES	23
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
7. REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

1.1 A DEFICIÊNCIA VISUAL

A visão é um dos cinco sentidos e está diretamente ligada à nossa percepção sobre o meio em que vivemos. Segundo Mazzaro (2008), a nossa visão nos proporciona cerca de 80% das informações sensoriais e ainda favorece a integração da pessoa no mundo. A perda da mesma pode trazer diversos danos como: minimizar a capacidade de adaptação da pessoa no meio educacional, social e consequentemente nas suas atividades da vida diária.

A deficiência visual (DV) é a perda ou redução da capacidade visual de um indivíduo, causada por diversos fatores, dentre eles fisiológicos, neurológicos, congênitos ou adquiridos. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), deficiente visual é a pessoa que é privada, em parte ou totalmente, da capacidade de ver.

Dentro do campo da DV, existem duas grandes subdivisões: a cegueira e a baixa visão. De acordo com Melo (1991) a deficiência visual é caracterizada por perdas parciais (visão subnormal ou baixa visão) que após a melhor correção óptica ou cirúrgica, ou totais da visão (cegos), que limitam o desempenho normal da visão.

Segundo a 10ª revisão da Classificação Estatística Internacional das Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-10) da OMS (1993, apud SILVA, 2015, p. 19), é considerada visão subnormal ou baixa visão, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou o campo visual é menor do que 20 graus no melhor olho com a melhor correção óptica (Categorias 1 e 2 graus de comprometimento visual).

As causas do acometimento visual podem ser provenientes de complicações durante a gestação, como toxoplasmose, rubéola congênita, deficiência de vitamina A, retinopatia da prematuridade, entre outros. Outras complicações ao decorrer da vida também podem aparecer e resultar na perda de visão, como glaucoma, catarata congênita, diabetes, entre outros.

Já segundo a Organização Mundial de Saúde (2002), a cegueira é caracterizada pela acuidade visual desde 3/60 (0,05), no melhor olho e melhor correção óptica possível,

até a privação de percepção de luz, ou correspondente perda de campo visual no melhor olho com a melhor correção possível. Ela pode ser congênita ou adquirida ao longo da vida, por danos ao globo ocular.

De acordo com o CBO (Conselho Brasileiro de Oftalmologia), não é possível afirmar com segurança a prevalência da deficiência visual no Brasil, pois segundo o IBGE (2010), há escassez de dados populacionais em várias regiões do país. Porém, é possível utilizar as estatísticas mundiais que mostram que o nível de desenvolvimento socioeconômico está diretamente relacionado com as condições de saúde ocular. Seguindo a estimativa da IAPB – International Agency for the Prevention of Blindness, é possível considerar que no Brasil tenhamos cerca de 29 mil crianças cegas por doenças oculares que poderiam ter sido evitadas ou tratadas precocemente.

Estimativa de prevalência de cegueira infantil no Brasil	
População	202.768.562
% de crianças de 0 – 14 anos*:	24%
Número de crianças*:	48,5 milhões
Estimativa de prevalência de cegueira:	0,5 – 0,6/1.000
Estimativa do número de crianças cegas:	24.250 – 29.100

*Estimativas por faixa etária - IBGE 2014.

Figura 1: Estimativa de prevalência de cegueira infantil

Fonte: CBO – Conselho Brasileiro de Oftalmologia. As condições de saúde ocular no Brasil. Ed. 1. São Paulo. (2015, p. 22)

Tanto na baixa visão como na cegueira, a deficiência influencia diretamente na rotina e nas atividades de vida diária (AVDs) do indivíduo, necessitando de atendimentos de profissionais especializados e do suporte familiar para enfrentar os obstáculos e desafios encontrados.

Diante dos diferentes níveis de dificuldade visual o desempenho ocupacional é afetado em maior ou menor grau, principalmente em atividades de autocuidado e mobilidade, considerando que esse desempenho resulta da relação dinâmica entre a pessoa, o contexto e o ambiente, e a ocupação. As informações visuais são essenciais para a realização de atividades cotidianas, assim, pessoas com

deficiência visual podem perceber-se incapazes de desempenharem essas atividades. (CORRÊA; SANTANA, 2014, p. 44)

1.2 A FAMÍLIA E A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO CUIDADO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O papel da família no cuidado da pessoa com deficiência visual é extremamente importante. Segundo Krameck e Nascimento (2015), a família é o eixo fundamental para o desenvolvimento e a participação social do membro familiar com deficiência visual.

É no meio familiar que ocorrem as relações de cuidado mais importantes através de ações de proteção, acolhimento, respeito e potencialização do outro. Quando esta família vive uma situação de deficiência são necessárias inúmeras estratégias para o enfrentamento da situação e estimulação da criança para a independência. (PINTANEL; GOMES; XAVIER, 2013, p. 86)

Já para Corrêa e Santana (2014), a família tem um papel fundamental no processo de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência visual, porém a superproteção se torna um fator limitante para a independência e autonomia para eles.

Os pais costumam ficar abalados com a chegada de um bebê que possui deficiência visual ou até de um familiar que venha a adquirir essa deficiência. Por isso o vínculo familiar e, principalmente, mãe-bebê deve ser trabalho constantemente. Segundo Bruno (1993), o fato de um bebê com deficiência visual pode acarretar uma relação delicada e fragilizada pela dor, medo e angústia por não saber lidar com o novo. Ainda há o sentimento de culpa ou pena que influenciam diretamente o vínculo entre mãe e filho.

De acordo com Kramer e Nascimento (2015), os pais e familiares experienciam um momento delicado ao receber a notícia sobre uma deficiência e precisam de suporte e orientação para encarar essa nova realidade. Essa orientação pode ser feita por um profissional de terapia ocupacional, que está apto para assistir as famílias. “O terapeuta ocupacional é um profissional capacitado a utilizar o recurso da orientação para intervir junto as família dessas pessoas.” (KROMECK; NASCIMENTO, 2015, p. 128)

O papel do terapeuta ocupacional trabalha em conjunto com o paciente e a família, sendo ambos importantes para o resultado que se deseja obter. Para Corrêa e Santana

(2014), o objetivo do profissional de terapia ocupacional é trabalhar as potencialidades do paciente, adaptar atividades e o meio em que ele vive, além de treinar novas habilidades. Portanto, a parceria com a família também motivada dentro do processo terapêutico.

Para um resultado mais eficaz, o terapeuta ocupacional pode trabalhar em conjunto com outros profissionais da área da saúde, formando uma equipe interprofissional. Ela irá auxiliar na adaptação desse indivíduo ao “novo mundo”. Quanto mais cedo for acompanhado por profissionais da saúde, mais rápido será a sua evolução. “Neste sentido, a equipe interdisciplinar trabalha com foco nas necessidades do paciente, favorecendo a integração dos profissionais de saúde, com o intuito de satisfazer as necessidades globais da pessoa, visando seu bem-estar.” (NUNES; WOVST; NETO, 2014, p. 73).

A equipe interprofissional pode estar presente não só nos serviços de saúde, mas também na área da educação, pois é uma fase extremamente importante e de maior desenvolvimento do indivíduo. Essa equipe trabalha juntamente com a escola, o aluno e a família, tendo seu foco totalmente no desenvolvimento e reabilitação do aluno com deficiência visual.

Os benefícios da intervenção de equipe interdisciplinar no trabalho com o indivíduo com deficiência visual têm sido amplamente divulgados. A interação entre o indivíduo com baixa visão, educadores, a família e os profissionais da área da saúde e da educação é importante para otimizar a utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva prescritos para uso nas atividades escolares, cotidianas, trabalho ou lazer. Decorrente disso objetivou-se descrever a atuação da equipe interdisciplinar no processo de habilitação visual.(ZERBETO et al., 2015 p. 291)

1.3 A INCLUSÃO ESCOLAR DO DEFICIENTE VISUAL

A inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência na educação é um assunto bastante discutido desde o século XVI, quando começaram a surgir os primeiros sinais de pessoas especiais na educação, mesmo que em um sistema educacional totalmente diferente do que temos nos dias de hoje. Médicos e pedagogos deram início ao

processo, desafiando os conceitos de educação da época e tornaram-se os professores. Porém, como relata Mendes (2006), a resposta social foi a institucionalização dos que eram considerados diferentes e o objetivo era proteger a sociedade dos que eram considerados “anormais”.

Desde então, a educação especial já passou por diversos paradigmas como a segregação, integração/normatização escolar, e inclusão escolar. De acordo com Sailor (2002, apud MENDES, 2006, p. 394), o atual modelo de educação inclusiva, tem o seu foco na escola e não somente na sala de aula, onde todos os alunos fazem parte de uma classe comum, mas podem ser ensinados em outros ambientes da escola, como a sala de recursos ou classes especiais parciais.

O objetivo principal da escola é auxiliar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos necessários para a vida futura, tanto dentro quanto fora da escola. Mas seria esse modelo de educação realmente inclusivo? Visto que há um número grande de crianças com deficiência fora das escolas, seja por falta de incentivo, informação ou preparo. Em estudo, Mendes (2004) constatou alguns dos motivos que dificultam a permanência do aluno na sala de aula comum são: despreparo quanto ao processo de inclusão dos professores e da escola, falta de recursos materiais e apoio especializado.

Se no início da educação especial, somente médicos e professores faziam parte da instituição escolar, hoje é necessária uma equipe multidisciplinar para um melhor resultado do desenvolvimento dos alunos. Segundo Zurro, Ferrerex e Bas (1991), a equipe multidisciplinar é composta por um grupo de pessoas com diferentes contribuições e compartilhando um método com um único objetivo em comum.

De acordo com Rocha (2007), a atuação do terapeuta ocupacional na área da educação, ocorreu por meio da atuação na Educação Especial, em escolas e classes especiais. Segundo ela, as intervenções da terapia ocupacional na inclusão escolar são diversas, tais como: uso de tecnologia assistiva, dinâmicas de grupos, análise de atividades, facilitação das AVD's, entre outras que são possíveis para esse diálogo. Mas como tem sido a atuação da T.O. junto à criança com DV? Visto que, assim como outras deficiências, têm as suas privações e necessidades, merecendo atenção e intervenção devidas. Ainda em estudo de Rocha (2003), algumas possíveis ações objetivas

necessárias são a eliminação de barreiras arquitetônicas, acesso ao material escolar adaptado, sinalizações táteis, adaptação de equipamentos de informática, entre outros. Todas as ações são realizadas para que o aluno possa desenvolver suas potencialidades e aprimorar suas dificuldades.

É primordial que a criança com DV seja atendida paralelamente com um terapeuta ocupacional em clínica para que seu desenvolvimento seja cada vez maior, pois nesta área, o foco é na própria deficiência. A visão residual será estimulada em crianças com baixa visão, enquanto na cegueira, a estimulação do tato e as AVDs serão os focos principais. Para Escanhoela (2014), o terapeuta ocupacional na área da reabilitação visual tem o papel de estimular a criança a utilizar o máximo de sua visão residual para facilitar o desempenho e inserção em seu meio social.

O terapeuta ocupacional no espaço escolar pode intervir com a consultoria colaborativa, que de acordo com Kampwirth (2003, apud SILVA, 2015, p. 24), o consultor preparado na prática escolar trabalha em conjunto com os demais integrantes tomando decisões e elaborando planos que visam o desenvolvimento do aluno. Já para Silva (2015), através da consultoria colaborativa, é possível a inclusão escolar, envolvendo escola, aluno e família, trocando informações, ferramentas e estratégias.

A consultoria é uma ferramenta extremamente importante, pois há um grande despreparo da escola para receber uma criança com deficiência. Como descrito em seu estudo, Beyer (2003), constata o sentimento de incompletude na maior parte das redes de ensino, escolas e professores, que se julgam despreparados. Mesmo que haja uma sociedade que tente implantar um método de inclusão escolar, ela mesmo acaba excluindo por falta de preparo. Então, percebemos que a dificuldade do cuidado para com essa criança, não está presente somente na vida dos pais.

São muitos os desafios enfrentados pelos educadores, desde a falta de recursos, falta de estrutura, até a falta de preparação para lidar com uma criança com deficiência. Para Capellini e Mendes (2007), os professores encontram dificuldades devido as práticas pedagógicas tradicionais. Mantoam (2006) corrobora com tal pensamento, pois afirma que ainda há muitas dificuldades que impedem a real inclusão, como: resistência das instituições especializadas a mudanças, a neutralização do desafio à inclusão que

impossibilita que as escolas transformem suas práticas tradicionalistas, homogeneizadoras e subordinadas, através de políticas públicas.

Conforme Gasparetto et. al. (2001), ao ingressar em uma escola comum, o aluno com deficiência visual pode encontrar dificuldades por falta de recursos, por isso é necessário que haja capacitação tanto de professores, quanto de profissionais da saúde e educação. Já para Silva (2015), há escassez de profissionais especializados devido a rotina de trabalho que há grande demanda, a falta de formação do professor de escola regular que não está preparado para receber um aluno deficiência visual e a questão curricular/pedagógica da escola.

Para Mendes et. al. (2011), as soluções para a inclusão seriam o fornecimento de informações para desconstrução de mitos e preconceitos, formação permanente de todos os profissionais envolvidos com alguma deficiência, valorização do professor e criação/fortalecimento de uma rede de apoio.

2. JUSTIFICATIVA

Atualmente, utiliza-se o paradigma de educação inclusiva, no qual o foco principal é o aprendizado na sala de aula. Caso necessário, o aluno pode ser atendido, por exemplo, em uma sala de recursos multifuncionais. O objetivo é que ele consiga desenvolver habilidades para sua vida escolar e futura.

Com as práticas observatórias, pude perceber que nas instituições escolares, o maior índice de deficiência é a intelectual. Mesmo sendo um assunto da atualidade, ainda sim há certo desconhecimento por parte dos profissionais que lidam com essas crianças sobre suas características. A própria instituição também é privada de recursos para atender as crianças com deficiência. A junção desses dois fatores pode prejudicar a inclusão da criança com deficiência e acabar se tornando mais uma ação excludente.

A relevância para abordar esse tema surgiu com a curiosidade de investigar um pouco mais sobre a vida escolar dessas crianças com deficiência, especificamente as deficientes visuais, devido à minha vivência da época. Como seria a inclusão escolar de crianças que têm deficiência visual? Como a terapia ocupacional tem trabalhado com a questão da deficiência visual relacionado à inclusão escolar?

Passava por duas experiências que me despertavam interesse: um estágio no Lar das Moças Cegas e um estágio em uma escola municipal de educação infantil da cidade de Santos, onde tinham crianças com deficiências. Sendo assim, a escolha deste tema visa uma contribuição para estimular maior discussão e interesse da terapia ocupacional na área da educação, especificamente com relação à deficiência visual.

3. OBJETIVO

3.1 - Geral

Realizar uma revisão bibliográfica sobre os temas: Terapia Ocupacional; crianças com deficiência visual e educação inclusiva, em artigos no portal de periódicos CAPES, na Revista de Terapia Ocupacional da USP e no Caderno Brasileiros de Terapia Ocupacional.

4. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de uma revisão da literatura especializada, realizada entre maio de 2017 e dezembro de 2018. De acordo com Dane (1990), a revisão bibliográfica é importante para definir a linha limite da pesquisa que se deseja desenvolver, considerando uma perspectiva científica.

Inicialmente, a proposta do projeto era realizar um levantamento bibliográfico dos últimos 10 anos (2006 a 2016) de artigos que englobassem os temas de deficiência visual, terapia ocupacional e educação especial e inclusiva. Perante o resultado escasso de artigos para serem trabalhados, retirou-se o período de busca com o objetivo de obter mais resultados para discussão.

Para coleta de dados, foram realizadas buscas de artigos nos seguintes sítios eletrônicos: Portal de periódicos CAPES, Revista de Terapia Ocupacional da USP e Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. As bases foram escolhidas por serem importantes fontes de informação em pesquisa na terapia ocupacional. Foram utilizadas as expressões de busca: “terapia ocupacional AND deficiência visual”, “terapia ocupacional AND educação especial”, “terapia ocupacional AND inclusão escolar” e “terapia ocupacional AND educação inclusiva”. Optou-se por manter a expressão de busca “terapia ocupacional” em todas as buscas, pois o objetivo era localizar um maior número de resultado que fossem apenas relacionados à profissão.

O critério determinado para a inclusão dos artigos no estudo foi daqueles que continham as expressões “terapia ocupacional”, “deficiência visual” e alguma das outras relacionadas à educação, podendo ser “educação especial”, “educação inclusiva” ou “inclusão escolar” no título, resumo e/ou palavras-chave. Os dados foram coletados em 20 de Junho de 2017. Dessa forma, foram levantados 88 artigos utilizando o marcador “terapia ocupacional AND deficiência visual”, 252 artigos com o marcador “terapia ocupacional AND educação especial”, 133 artigos com o marcador “terapia ocupacional AND inclusão escolar” e 45 artigos com o marcador “terapia ocupacional AND educação inclusiva”.

Todos os artigos foram analisados quanto ao título, resumo e palavras-chave e os que não continham e nem abordassem as 3 temáticas - terapia ocupacional, deficiência

visual e educação - foram descartados. Estes não se encaixavam nos critérios pré-estabelecidos, portanto não eram pertinentes para esta pesquisa. Sendo assim, foram selecionados apenas 2 artigos para serem utilizados. Ambos os artigos foram localizados no Periódicos Capes, sendo um com o marcador “terapia ocupacional AND deficiência visual” e o outro com o marcador “terapia ocupacional AND educação especial”.

Devido ao resultado escasso, outra busca foi feita no dia 10 de Abril de 2018 apenas com o marcador “deficiência visual” nos mesmos bancos de dados, com o intuito de obter mais resultados que pudessem ser analisados e selecionados para esta pesquisa. No Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCAR foram encontrados 5 artigos e na Revista de Terapia Ocupacional 48 artigos. Já no Periódico CAPES, utilizou-se a ferramenta de busca avançada com as opções de idioma “Português” e tópico “Educação” e o resultado foi de 102 artigos.

Por fim, totalizaram 155 artigos encontrados nos 3 bancos de dados, porém somente 1 foi selecionado por estar dentro dos critérios estabelecidos anteriormente. Desta forma, a amostra desse estudo resultou em 3 artigos que serão apresentados no tópico seguinte.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os critérios de inclusão e exclusão definidos no processo metodológico permitiram que os resultados fossem filtrados a partir de uma análise rigorosa de todo o material encontrado. Ao todo, foram selecionados 3 artigos que englobaram as 3 temáticas propostas, sendo 2 encontrados na primeira busca e 1 na segunda.

Os resultados obtidos demonstram que há um grande número de artigos que abordam a temática de educação especial, porém quando se trata apenas da deficiência visual e educação inclusiva, esse número cai significativamente. O crescimento na produção acadêmica da terapia ocupacional no campo da educação inclusiva é explicado pela mudança no modelo de inclusão de indivíduos com deficiência. “A ideia de que o déficit individual deixa de ser visto como de responsabilidade única do indivíduo que o apresenta e passa também a ser de responsabilidade do meio onde ele vive”. (TREVISAN; BARBA, 2012, p. 90).

Sobretudo, esse crescimento no âmbito da educação especial se deu a partir da Declaração de Salamanca, em 1994. Nela, consta que todas as crianças, independente de terem ou não necessidades educacionais especiais, devem ter acesso à escola regular. “Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.” (SALAMANCA, 1994, p.1).

No Quadro a seguir, encontram-se os artigos de acordo com o ano de publicação.

QUADRO 1 - Artigos selecionados segundo o ano de publicação

Ano de publicação	Nº de artigos
2007	1
2011	1
2015	1

QUADRO 2 - Representação quantitativa de acordo com os periódicos em que os artigos selecionados foram publicados.

Periódicos	Nº de artigos selecionados
Caderno da UFSCAR	1
Revista da USP	0
Revista Brasileira de Educação Especial	1
Revista CEFAC	1

Como o periódico CAPES utiliza a busca em diversos outros periódicos incorporados, os dois artigos selecionados estavam presentes na Revista Brasileira de Educação Especial e somente um dos três artigos selecionados está presente no Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCAR, que abrange todas as áreas da profissão. Desse modo, podemos observar que a maioria dos resultados está presente em uma revista de domínio da educação especial.

Já os tipos de trabalho das publicações selecionadas são divergentes entre si, sendo um relato de caso, um relato de pesquisa e um relato de experiência, como mostra o quadro baixo:

QUADRO 3 – Representação quantitativa dos tipos de publicações.

Tipo de publicação	Nº de artigos
Relato de caso	1
Relato de pesquisa	1
Relato de experiência	1

5.1 OS ARTIGOS ENCONTRADOS

Um dos artigos encontrados para o presente trabalho é “Consultoria colaborativa em terapia ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão” de Tatiana Luísa Reis Gebrael e Cláudia Maria Simões Martinez. Trata-se de um relato de pesquisa realizado com 10 professores (todos do sexo feminino) e 10 alunos (de 4 a 6 anos) de escolas municipais não especializadas, localizadas na cidade de São Paulo e

sem a presença de sala de recursos e professores qualificados. O intuito do estudo foi de aumentar os mecanismos dos professores a fim de possibilitar maior independência dos alunos por meio da consultoria colaborativa. “A meta foi aumentar o repertório de estratégias e recursos dos professores para promover a independência de crianças pré-escolares com baixa visão nas atividades de vida diária de higiene e alimentação, denominado PRÓ-AVD.” (GEBRAEL; MARTINEZ, 2011, p. 101)

A consultoria colaborativa foi realizada em seis encontros semanais e houve separação dos grupos controle e experimental. Foram realizadas medidas pré e pós-teste através de registros em diário de campo, filmagens e questionários para avaliar qualitativamente e quantitativamente o resultado dessa intervenção. Percebeu-se aumento do repertório de atividades de higiene e alimentação dos professores do grupo experimental para com seus respectivos alunos.

Já o segundo artigo selecionado para este trabalho foi “Atuação de equipe interdisciplinar com escolar que apresenta baixa visão por hipótese diagnóstica de Doença de Stargardt”, das autoras Amanda Brait Zerbeto, Fernanda Fonseca dos Santos Lopes, Rita de Cássia Ietto Montilha e Matia Elisabete Rodrigues Freire Gasparetto, todas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O estudo é um relato de caso no qual é descrita a atuação de uma equipe interdisciplinar (assistente social, arte-educadora, enfermeira, farmacêutica, fisioterapeuta, fonoaudióloga, oftalmologista, ortoptista, pedagoga, psicóloga e terapeuta ocupacional), realizado em 9 encontros semanais de 1 hora de duração. Durante os encontros, foram utilizados recursos de tecnologia assistiva e percebeu-se melhora na postura corporal para atividades de leitura, diminuição de dor cervical como consequência de não realizarem movimentos compensatórios, melhora no desempenho visual, além da inclusão escolar e social do aluno.

Por fim, o terceiro e último artigo encontrado e selecionado foi “Educação inclusiva: relato de uma experiência a partir da visão de gestores municipais” de Simone Cristina Fanhani Marins e Marina Silveira Palhares, realizado entre os anos de 2001 e 2004 em uma cidade de médio porte do interior paulista. Nesse estudo é relatada a forma de implementação da política de inclusão escolar na rede municipal da referida cidade.

Apesar de não tratar especificamente da inclusão escolar de crianças com DV, essa nova política trouxe muitas ações implementadas na cidade que buscavam garantir o acesso e qualidade da educação, além da permanência de todas as crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular, inclusive as deficientes visuais.

Realizaram-se capacitações para professores, educadores e diretores da rede regular, além de reuniões e orientações para os responsáveis dos alunos. Para professores da educação especial, foi oferecida capacitação continuada. Também ampliou-se o serviço oferecido, como transporte adaptado e esportes adaptados. Foram implantados novos projetos como braille e programas de locomoção e informática para deficientes visuais. Como resultado, percebeu-se que o número de aluno incluídos aumentou, além da melhoria no desempenho dos estudantes com necessidades especiais.

5.2 DISCUSSÕES

A terapia ocupacional possui diversos campos e um que vem crescendo nos últimos anos é o da educação, o qual atualmente é direcionado à todas as pessoas, inclusive para as pessoas com qualquer tipo de deficiência.

De acordo com Silva e Lourenço (2016), a produção acadêmica da Terapia Ocupacional no campo da Educação tem apresentado aumento significativo, principalmente a partir de 2011, nos diferentes níveis de escolaridade e com uma ampla diversidade de abordagens práticas.

Dentre os principais desafios encontrados durante a pesquisa, destacou-se a escassez de conteúdos sobre a deficiência visual no âmbito da terapia ocupacional, principalmente, no contexto da educação. Talvez porque ainda há muito despreparo de profissionais da área escolar para lidarem com essas crianças ou porque apesar de crescente, a produção da área na educação, ainda não tenha se debruçado especificamente quanto à educação da pessoa DV, no âmbito da pesquisa.

Em 2 dos 3 artigos selecionados para a discussão, há relatos de despreparo de profissionais com as crianças que possuem essa deficiência.

O despreparo dos professores e da escola, a falta de recursos materiais e de serviços de apoio especializados são os motivos mais recorrentes mencionados sobre as dificuldades para o acesso e a permanência do aluno dentro da sala de aula comum (MENDES, 2004, apud GEBRAEL e MARTINEZ, 2011, p. 103)

Isso pôde ser visto nos artigos estudados. Segundo Gebrael e Martinez (2011), as professoras participantes da consultoria colaborativa relataram poucas estratégias e recursos para serem utilizados com as crianças deficientes visuais, mesmo algumas tendo cursos especializados.

Já para Marins e Palhares (2007, p. 88), foram necessárias capacitações e orientações para as educadoras e professoras.

A realidade da escola e da sala de aula com a presença de cada aluno(a) com necessidades educacionais especiais exigiu a criação de novos recursos, assim como adaptações do espaço físico, além da capacitação de todo professor da rede (...).

No caso da consultoria colaborativa, pode ser utilizada pelos terapeutas ocupacionais para expandir as técnicas utilizadas pelos professores, tornando-os mais aptos para exercer seu trabalho.

A consultoria colaborativa consiste em um modelo de suporte baseado no trabalho colaborativo entre profissionais especializados (psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais) e educadores da escola comum (...) atuando em equipe, com objetivos comuns, compartilhando recursos e responsabilidades.” (MENDES, 2006, apud. GEBRAEL e MARTINEZ, 2011, p.104)

Conforme consta na Declaração de Salamanca, todas as crianças com necessidades educacionais especiais têm o direito do acesso à escola regular. Por tal motivo, após 1994, houve grande aumento de crianças com deficiências nas escolas. Mas para acompanhar esse crescimento, a escola precisa ter uma boa estrutura, com profissionais qualificados, ferramentas e recursos adaptados e acessibilidade para locomoção.

Faz-se necessária a reflexão sobre o preparo destes professores para assumir tal demanda. À medida que estas crianças vão sendo incluídas na classe

comum, muitos professores estarão trabalhando pela primeira vez com essa clientela, possuindo poucos recursos para tal.” (MENDES, 2004, apud. GEBRAEL e MARTINES, 2011, p. 103)

De acordo com Zerbeto, Lopes, Montilha e Gasparetto (2015), é importante o diálogo entre o aluno de baixa visão, educadores, família e profissionais da área da saúde para melhorar a utilização de recursos de tecnologia assistiva nas atividades escolares, cotidianas e de lazer. E para melhor evolução de cada caso, a família é extremamente importante para que os recursos e adaptações sejam utilizados não somente na escola, mas em casa também, que é o ambiente em que vivem diariamente. “O trabalho em conjunto com a escola e a família são importantes para que os auxílios possam ser melhor aproveitados em todos os ambientes frequentados pelo escolar.” (ZERBETTO et al., 2015, p. 292)

Em concordância com Lourenço e Cid (2010), o âmbito da educação inclusiva na terapia ocupacional tem avançado muito no país. Visto que os profissionais dessa área têm formação não só no contexto da educação, mas também da saúde, eles são aptos para auxiliar com o processo de inclusão escolar.

Devido a sua formação no contexto saúde e educação, o terapeuta ocupacional, através de seu conhecimento pode contribuir no processo de inclusão escolar, realizando um trabalho em conjunto com escola, pensando em estratégias que auxiliem o desenvolvimento do aluno quanto as potencialidades do professor (SILVA, 2015, p. 23).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a produção dessa pesquisa, foram encontrados diversos obstáculos e com contratempos, que trouxeram o receio de não atingir os objetivos e não elaborar um trabalho de conclusão de curso de qualidade. Entretanto, foi possível fazer uma grande reflexão sobre as questões que permeiam a deficiência visual na inclusão escolar.

Primeiramente, houve grande dificuldade em localizar artigos que abordassem as temáticas propostas, necessitando de mudanças nas palavras chave na tentativa de obter mais resultados que pudessem ser utilizados para a discussão. Tal mudança ocorreu mais de uma vez, utilizando outros termos semelhantes à inclusão escolar. Mesmo com diversas buscas e inúmeros resultados, a maioria dos artigos encontrados não abrangiam as três temáticas propostas (terapia ocupacional, inclusão escolar e deficiência visual), portanto, foram descartados.

Esperava-se um número maior de artigos, mas mesmo com apenas três artigos selecionados para realizar esse estudo foi possível alcançar os objetivos apresentados e realizar uma discussão final com os conteúdos propostos.

Pôde-se verificar que mesmo com todas as mudanças na educação especial, ainda há grande dificuldade tanto dos professores quanto da escola em incluir o aluno com deficiência, seja por falta de preparo, de recursos ou de estrutura física. De tal modo, a terapia ocupacional no âmbito da educação, apesar de não ser totalmente conhecida por profissionais da área da educação, vêm crescendo junto com as demandas que surgem.

O terapeuta ocupacional é um profissional totalmente qualificado para atuar na inclusão escolar por estar tanto na área da educação como na área da saúde. Nesta área, possui diversas funções: desde atuar diretamente com o aluno, orientando o professor, a família e a comunidade. Observamos que um método bastante eficaz utilizado atualmente é a consultoria colaborativa, contribuindo na formação de professores, nas intervenções e orientações juntamente com a escola ou família, visando o desenvolvimento do aluno, a inclusão e a qualidade da educação.

Apesar da crescente atuação da terapia ocupacional na esfera da educação, esperava-se um número maior de produções exclusivamente da deficiência visual, visto que os resultados foram escassos. Foram encontrados diversos trabalhos que abordavam as deficiências de um modo geral, mas principalmente as deficiências intelectuais e físicas, deixando a desejar nas deficiências sensoriais (visual e auditiva).

Deste modo, salienta-se a necessidade de mais pesquisas sobre deficiência visual na área da terapia ocupacional e educação inclusiva, visando a divulgação dos mesmos, o crescimento e reconhecimento da profissão e o crescimento do processo de inclusão escolar.

7. REFERÊNCIAS

ÁVILA, M.; ALVES, M. R.; NISHI, M. **As condições de saúde ocular no Brasil**. São Paulo, 2015. 149p. Disponível em: <http://www.cbo.net.br/novo/publicacoes/Condicoes_saude_ocular_IV.pdf>. Acesso em 20 abr 2017.

BEYER, H.O. **A educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. Revista Educação Especial, Santa Maria, n. 22, p. 1-8, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5003/3032>>. Acesso em: 30 mai 2017.

BRUNO, M. M. G. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual: da intervenção precoce à integração escolar**. Campo Grande - MS, Plus, 2a edição.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. **O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para inclusão escolar**. Educere et Educare – Revista de Educação, v. 2, n. 4, p. 113-128, 2007.

CORRÊA, G. C.; SANTANA, V. C. **Avaliação do impacto de uma intervenção de terapia ocupacional com ênfase no desempenho ocupacional de crianças e adolescentes com deficiência visual**. Rev Ter Ocup Univ São Paulo, v. 25 n. 1, p. 43-50, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/62561/pdf_40>. Acesso em: 23 out 2018.

DANE, F. **Research methods**. Brooks/Cole Publishing Company: California, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

ESCANHOELA, C. P. **A Terapia Ocupacional na reabilitação visual**. Disponível em: <<http://ares.hosbos.com.br/blog/materias/terapia-ocupacional-na-reabilitacao-visual/>> Acesso em 22 abr 2017.

GASPARETTO, M. E. R. F.; TEMPORINI, E. R.; CARVALHO, K. M. M.; KARA-JOSÉ, N. **O aluno portador de visão subnormal na escola regular: desafio para o professor?** Arq. Bras. Oftalmol., São Paulo, v. 64, n. 1, jan./fev. 2001. Disponível em: <<https://ref.scielo.org/w5xrnq>>. Acesso em 23 out 2018.

GEBRAEL, T. L. R.; MARTINEZ, C. M. S. **Consultoria colaborativa em terapia ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão.** *Rev. bras. educ. espec.* 2011, vol.17, n.1, pp.101-120.

KRAMECK, K.; NASCIMENTO, G. C. C. **A orientação à família de pessoas com deficiência visual como recurso de intervenção do terapeuta ocupacional.** *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo: v. 26, n. 1, p. 128-135, jan./abr. 2015. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/84459/96385>>. Acesso em 22 out 2018.

LOURENÇO, G. F.; CID, M. F. B. **Possibilidades de ação do terapeuta ocupacional na educação infantil: congruência com a proposta da educação inclusiva.** *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, Mai/Ago 2010, v. 18, n.2, p. 169-179.

MANTOAM, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha.** *Interação*, ano 39, n.1, p. 55-64, 2006. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1253/1284>>. Acesso em 23 out 2018.

MARINS, S. C. F.; PALHARES, M. S. **Educação inclusiva: relato de uma experiência a partir da visão dos gestores municipais.** *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR*. 2007. Vol.15, n.1, pp. 70-89.

MAZZARO, J. L. **Políticas para inclusão educacional: o professor e o aluno com baixa visão**, *revista@mbienteeducação*, SP, v.1 - n. 2, p. 40-55, ago./dez. 2008.

MELO, H. F. R., **Deficiência visual: lições práticas de orientação e mobilidade.** Campinas: Unicamp, 1991.

MENDES, E. G. **Construindo um locus de pesquisa sobre inclusão escolar: temas em educação especial: avanços recentes.** In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; WILLIAMS, Lúcia C.A. (Orgs.). *Temas em educação especial: avanços recentes.* São Carlos: EDUFSCAR, 2004. p 221-230.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** *Rev. Bras. Educ.* 2006, vol.11, n.33, pp.387-405

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C.Y. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular.** *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 81-93, 2011.

NUNES, M. F.; WOVST, L. R.; NETO, S. B. C. **Trabalho em equipe: percepção interprofissional de uma clínica pediátrica.** *Revista Psicologia e Saúde*, v. 6, n. 2, jul./dez. 2014, p. 72-84

NUNES, S.; LOMÔNACO, J. F. B. **O aluno cego: preconceitos e potencialidades.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. v. 14, n. 1, Janeiro/Junho. 2010. p.55-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a06>>. Acesso em 28 ago 2018

PINATEL, A. C.; GOMES, C. G.; XAVIER, D. M. **Mães de crianças com deficiência visual: dificuldades e facilidades enfrentadas no cuidado.** Ver Gaúcha Enferm. v. 34, n. 2, p. 86-92, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/30729/26042>>. Acesso em 22 out 2018.

ROCHA, E. F.; LUIZ, A.; ZULIAN, M. A. R. **Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 14, n.2, p.72-78, maio/ago. 2003.

ROCHA, E. F. **A Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces.** Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.18, n. 3, p. 122-127, set./dez. 2007

SILVA, D. **Análise da intervenção de terapia ocupacional utilizando a consultoria colaborativa com educadoras de crianças com deficiência visual.** 2015. 64f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos. 2015.

TREVISAN, J. G.; BARBA, P. C. S. D. **Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais.** Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCAR. 2012. Vol.20, n.1, pp. 89-94. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/552/366>>. Acesso em 29 Ago 2018

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Programme for the Prevention of Blindness: Management of low vision in children.** Report of a WHO Consultation. Bangkok, 1992. 48p. WHO/PBL/93.27.

ZERBETO, A.B.; LOPES, F.F.S.; MONTILHA, R. C. I.; GASPARETTO, M. E. R. F. **Atuação de equipe interdisciplinar com escolar que apresenta baixa visão por hipótese diagnóstica de Doença de Stargardt.** Rev. CEFAC. 2015, vol.17, n.1, pp.291-299. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n1/1982-0216-rcefac-17-01-00291.pdf>>. Acesso em 22 out 2018.

ZURRO, A. M., FERREROX, P., BAS, C. S. **A equipa de cuidados de saúde primários: manual de cuidados primários.** Lisboa: Farmapress Edições, 1991.